

1.000


QUESTÕES PARA O

PC-SC


ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL

SUMÁRIO

NOÇÕES DE DIREITO PENAL	13
→ PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE E ANTERIORIDADE PENAL E DEMAIS PRINCÍPIOS DECORRENTES (ART. 1º DO CP).....	13
→ PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DE DIREITO PENAL.....	13
→ AÇÃO E OMISSÃO (ART. 13, § 2º, DO CP)	13
→ ERRO DE TIPO (ART. 20 DO CP)	14
→ TIPICIDADE E RESULTADO	14
→ CRIME IMPOSSÍVEL (ART. 17 DO CP).....	14
→ TENTATIVA (CRIME) (ART. 14, INCISO II E PARÁGRAFO ÚNICO, DO CP).....	15
→ ARREPENDIMENTO POSTERIOR (ART. 16 DO CP).....	15
→ CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A ILICITUDE E SUAS EXCLUDENTES (ART. 23 DO CP).....	15
→ LEGÍTIMA DEFESA (ART. 25 DO CP).....	15
→ IMPUTABILIDADE PENAL (ARTS. 26 A 28 DO CP).....	16
→ POTENCIAL CONSCIÊNCIA DA ILICITUDE: ERRO DE PROIBIÇÃO E DESCRIMINANTES PUTATIVAS (ARTS. 20, §1º, E 21 DO CP).....	16
→ EXIGIBILIDADE DE CONDUTA DIVERSA (ART. 22 DO CP)	16
→ CONCURSO DE PESSOAS (ARTS. 29 A 31 DO CP).....	16
→ CLASSIFICAÇÕES DOS CRIMES	17
→ CONCURSO DE CRIMES (ARTS. 69 A 76 DO CP).....	17
→ CAUSAS DE EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE (ARTS. 107 E 120 DO CP)	17
→ HOMICÍDIO (ART. 121 DO CP)	18
→ INFANTICÍDIO (ART. 123 DO CP).....	19
→ DAS LESÕES CORPORAIS (ART. 129 DO CP).....	19
→ DA PERICLITAÇÃO DA VIDA E DA SAÚDE (ARTS. 130 A 136 DO CP)	20
→ DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE PESSOAL (ARTS. 146 A 149-A DO CP)	20
→ DO FURTO (ARTS. 155 E 156 DO CP).....	21
→ DO ROUBO E DA EXTORSÃO (ARTS. 157 A 160 DO CP)	21
→ DO ESTELIONATO E DAS OUTRAS FRAUDES (ARTS. 171 A 179 DO CP).....	21
→ DA RECEPÇÃO (ARTS. 180 E 180-A DO CP)	21
→ DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE SEXUAL E DA EXPOSIÇÃO DA INTIMIDADE SEXUAL (ARTS. 213 A 216-B DO CP).....	22
→ DOS CRIMES SEXUAIS CONTRA VULNERÁVEL (ARTS. 217-A A 226 DO CP)	22
→ MOEDA FALSA (ART. 289 DO CP)	23


→ FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PÚBLICO (ART. 297 DO CP).....	23
→ PECULATO (ART. 312 DO CP)	24
→ CONCUSSÃO E EXCESSO DE EXAÇÃO (ART. 316 DO CP)	24
→ CORRUPÇÃO PASSIVA (ART. 317 DO CP).....	25
→ PREVARICAÇÃO (ARTS. 319 E 319-A DO CP).....	25
→ ADVOCACIA ADMINISTRATIVA (ART. 321 DO CP).....	25
→ TRÁFICO DE INFLUÊNCIA (ART. 332 DO CP)	26
→ CORRUPÇÃO ATIVA (ART. 333 DO CP)	26
→ FALSO TESTEMUNHO OU FALSA PERÍCIA (ARTS. 342 E 343 DO CP)	26
→ GABARITO 	26

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL 29

→ DIREITO PROCESSUAL PENAL - PROCESSO PENAL, SEUS SISTEMAS E PRINCÍPIOS	29
→ INQUÉRITO POLICIAL (ARTS. 4º A 23 DO CPP)	30
→ DA AÇÃO PENAL (ARTS. 24 A 62 DO CPP)	32
→ TEORIA GERAL DA PROVA PENAL (ARTS. 155 A 157 DO CPP)	35
→ DO EXAME DE CORPO DE DELITO, DA CADEIA DE CUSTÓDIA E DAS PERÍCIAS EM GERAL (ARTS. 158 A 184 DO CPP)	35
→ DO INTERROGATÓRIO DO ACUSADO (ARTS. 185 A 196 DO CPP)	39
→ DO RECONHECIMENTO DE PESSOAS E COISAS (ARTS. 226 A 228 DO CPP)	40
→ DA BUSCA E APREENSÃO (ARTS. 240 A 250 DO CPP).....	40
→ DISPOSIÇÕES GERAIS E PRISÃO ESPECIAL (ARTS. 282 A 300 DO CPP).....	41
→ DA PRISÃO EM FLAGRANTE (ARTS. 301 A 310 DO CPP)	41
→ DA PRISÃO PREVENTIVA (ARTS. 311 A 316 DO CPP)	42
→ DAS MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO (ARTS. 319 A 320 DO CPP).....	44
→ DA LIBERDADE PROVISÓRIA, COM OU SEM FIANÇA (ARTS. 321 A 350 DO CPP).....	44
→ LEGISLAÇÃO PENAL E PROCESSUAL PENAL ESPECIAL - LEI Nº 7.960/1989 - PRISÃO TEMPORÁRIA	44
→ LEI Nº 12.037/2009 - IDENTIFICAÇÃO CRIMINAL	45
→ LEI Nº 12.830/2013 - INVESTIGAÇÃO CRIMINAL CONDUZIDA PELO DELEGADO DE POLÍCIA	46
→ GABARITO 	46


NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL 47

→ DIREITO CONSTITUCIONAL: CONCEITO E FONTES. ESTADO, POVO, TERRITÓRIO, ETC.	47
→ DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO (ARTS. 1º A 4º DA CF/1988).....	47
→ DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS (ART. 5º DA CF/1988).....	49
→ HABEAS CORPUS	51
→ MANDADO DE SEGURANÇA.....	51
→ HABEAS DATA.....	51
→ DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA (ARTS. 18 E 19 DA CF/1988).....	52
→ DO CONGRESSO NACIONAL (ARTS. 44 A 47 DA CF/1988)	52
→ DAS ATRIBUIÇÕES DO CONGRESSO NACIONAL (ARTS. 48 A 50 DA CF/1988).....	53


→ DO SENADO FEDERAL (ART. 52 DA CF/1988).....	53
→ DOS DEPUTADOS E SENADORES (ARTS. 53 A 56 DA CF/1988).....	53
→ DAS COMISSÕES PARLAMENTARES - PERMANENTES E TEMPORÁRIAS (ART. 58 DA CF/1988).....	54
→ DO PRESIDENTE E VICE PRESIDENTE DA REPÚBLICA (ARTS. 76 A 83 DA CF/1988).....	54
→ DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA (ART. 84 DA CF/1988).....	55
→ DA RESPONSABILIDADE DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA (ARTS. 85 E 86 DA CF/1988).....	55
→ DOS MINISTROS DE ESTADO (ARTS. 87 E 88 DA CF/1988).....	56
→ DO CONSELHO DA REPÚBLICA E CONSELHO DA DEFESA NACIONAL (ARTS. 89 A 91 DA CF/1988).....	56
→ ÓRGÃOS DO PODER JUDICIÁRIO (ART. 92 DA CF/1988).....	56
→ DO ESTATUTO DA MAGISTRATURA (ART. 93 DA CF/1988).....	56
→ DAS GARANTIAS E VEDAÇÕES (PODER JUDICIÁRIO, ART. 95 DA CF/1988).....	57
→ RESERVA DE PLENÁRIO (PODER JUDICIÁRIO, ART. 97 DA CF/1988).....	57
→ PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS (MINISTÉRIO PÚBLICO).....	57
→ FUNÇÕES INSTITUCIONAIS (MINISTÉRIO PÚBLICO).....	57
→ COMPOSIÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO.....	57
→ GARANTIAS E VEDAÇÕES (MINISTÉRIO PÚBLICO).....	57
→ DA ADVOCACIA PÚBLICA (ARTS. 131 E 132 DA CF/1988).....	57
→ ADVOCACIA PRIVADA E DEFENSORIA PÚBLICA (ARTS. 133 A 135 DA CF/1988).....	58
→ ESTADO DE DEFESA E DE SÍTIO (ARTS. 136 A 141 DA CF/1988).....	58
→ FORÇAS ARMADAS (ARTS. 142 E 143 DA CF/1988).....	59
→ SEGURANÇA PÚBLICA (ART. 144 DA CF/1988).....	60
→ GABARITO 	60

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO..... 63

→ ORIGEM, CONCEITO E FONTES DO DIREITO ADMINISTRATIVO.....	63
→ CONCEITO DE ATOS ADMINISTRATIVOS.....	64
→ ELEMENTOS, REQUISITOS E PRESSUPOSTOS (ATOS ADMINISTRATIVOS).....	64
→ ATRIBUTOS OU CARACTERÍSTICAS DOS ATOS ADMINISTRATIVOS.....	64
→ ATOS ADMINISTRATIVOS: ESPÉCIES, CLASSIFICAÇÃO, FASES DE CONSTITUIÇÃO.....	65
→ DESFAZIMENTO DO ATO ADMINISTRATIVO (ANULAÇÃO, REVOGAÇÃO, CASSAÇÃO, CADUCIDADE, CONTRAPOSIÇÃO).....	65
→ CONVALIDAÇÃO E CONVERSÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS.....	66
→ PODER REGULAMENTAR.....	66
→ PODER HIERÁRQUICO.....	66
→ PODER DISCIPLINAR.....	67
→ PODER DE POLÍCIA.....	67
→ ABUSO DE PODER: EXCESSO DE PODER E DESVIO DE FINALIDADE (PODERES DA ADMINISTRAÇÃO).....	67
→ ADMINISTRAÇÃO DIRETA (ÓRGÃOS PÚBLICOS).....	68
→ RESPONSABILIDADE DOS AGENTES PÚBLICOS E DIREITO DE REGRESSO.....	68
→ RESPONSABILIDADE CIVIL POR ATOS OMISSIVOS.....	69
→ CONCEITOS (SERVIÇOS PÚBLICOS - LEI Nº 8.987/1995).....	69


→ CLASSIFICAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	69
→ CLASSIFICAÇÃO DOS AGENTES PÚBLICOS	69
→ FUNÇÕES, CARGOS E EMPREGOS PÚBLICOS.....	70
→ DOS ATOS DE IMPROBIDADE (ARTS. 9º A 11 DA LEI Nº 8.429/1992).....	70
→ DAS PENAS (ART. 12 DA LEI Nº 8.429/1992).....	70
→ DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO E DO PROCESSO JUDICIAL (ARTS. 14 A 18-A DA LEI Nº 8.429/1992).....	70
→ DAS DISPOSIÇÕES PENAIAS (ARTS. 19 A 22 DA LEI Nº 8.429/1992)	71
→ OBJETIVOS, FASES E FORMALIDADES (ARTS. 11 A 17 DA LEI Nº 14.133/2021).....	71
→ MODALIDADES DE LICITAÇÃO (ARTS. 28 A 32 DA LEI Nº 14.133/2021).....	71
→ FASES DA LICITAÇÃO - JULGAMENTO, HABILITAÇÃO E ENCERRAMENTO (ARTS. 55 A 71 DA LEI Nº 14.133/2021).....	72
→ CONTRATAÇÃO DIRETA, INEXIGIBILIDADE E DISPENSA (ARTS. 72 A 75 DA LEI Nº 14.133/2021).....	72
→ DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 1º A 5º DA LEI Nº 12.527/2011)	73
→ DO ACESSO A INFORMAÇÕES E DA SUA DIVULGAÇÃO (ARTS. 6º A 9º DA LEI Nº 12.527/2011)	73
→ DAS RESTRIÇÕES DE ACESSO À INFORMAÇÃO (ARTS. 21 A 31 DA LEI Nº 12.527/2011)	73
→ DISPOSIÇÕES PRELIMINARES (ARTS. 1º A 6º DA LEI Nº 13.709/2018 - LGPD).....	73
→ DOS REQUISITOS PARA O TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS (ARTS. 7º A 10 DA LEI Nº 13.709/2018 - LGPD).....	74
→ DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS (ARTS. 11 A 13 DA LEI Nº 13.709/2018 - LGPD).....	74
→ DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS DE CRIANÇAS E DE ADOLESCENTES (ART. 14 DA LEI Nº 13.709/2018 - LGPD).....	74
→ DO TÉRMINO DO TRATAMENTO DE DADOS (ARTS. 15 A 16 DA LEI Nº 13.709/2018 - LGPD).....	74
→ DOS DIREITOS DO TITULAR (ARTS. 17 A 22 DA LEI Nº 13.709/2018 - LGPD).....	75
→ DA TRANSFERÊNCIA INTERNACIONAL DE DADOS (ARTS. 33 A 36 DA LEI Nº 13.709/2018 - LGPD).....	75
→ DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (ARTS. 52 A 54 DA LEI Nº 13.709/2018 - LGPD).....	75
→ DA ANPD (ARTS. 55-A A 55-M DA LEI Nº 13.709/2018 - LGPD)	75
→ GABARITO 	76

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS79


→ CONCEITOS, HISTÓRICO E GERAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS	79
→ DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS (DUDH)	80
→ INCORPORAÇÃO DOS TRATADOS INTERNACIONAIS DE DH AO DIREITO BRASILEIRO. POSIÇÃO HIERÁRQUICA.....	82
→ GABARITO 	82

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL..... 83

→ DIREITO ADMINISTRATIVO ESTADUAL E DO DF - LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 741/2019 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL BÁSICA E MODELO DE GESTÃO (SC)	83
→ SAEGURANÇA PÚBLICA E LEGISLAÇÃO POLICIAL - LEI COMPLEMENTAR Nº 453/2009 - PLANO DE CARREIRA DO GRUPO SEGURANÇA PÚBLICA (PC-SC).....	83


→ LEI ESTADUAL Nº 6.843/1986 - REGIME JURÍDICO DOS FUNCIONÁRIOS POLICIAIS CIVIS DE SANTA CATARINA.....	84
→ GABARITO 	84

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, SEGURANÇA CIBERNÉTICA E CRIMES DIGITAIS..... 85

→ CONCEITOS, MODELOS, TIPOS E TOPOLOGIAS DE REDES.....	85
→ EQUIPAMENTOS, MEIOS DE TRANSMISSÃO E CONEXÃO	86
→ PROTOCOLOS DE REDES.....	86
→ INTERNET EXPLORER.....	87
→ MOZILLA FIREFOX.....	88
→ GOOGLE CHROME.....	88
→ MICROSOFT EDGE.....	89
→ GMAIL	89
→ REDES SOCIAIS (FACEBOOK, WHATSAPP, ETC.).....	89
→ CONCEITOS E TIPOS DE COMPUTAÇÃO EM NUVEM (CLOUD COMPUTING)	90
→ NUVENS MICROSOFT (ONEDRIVE E AZURE).....	92
→ GOOGLE WORKSPACE	92
→ CONCEITOS E PRINCÍPIOS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO	93
→ AMEAÇAS (VÍRUS, WORMS, TROJANS, MALWARE, ETC.).....	94
→ FIREWALL E PROXY.....	95
→ ANTIVÍRUS E ANTISPYWARE.....	96
→ PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO (SENHAS, AUTENTICAÇÃO ETC.).....	97
→ DEMAIS RECURSOS (IDS, VPN, ETC.).....	98
→ CRIPTOGRAFIA, ASSINATURA E CERTIFICADO DIGITAL	98
→ TI - SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO - CONCEITOS, PRINCÍPIOS E ATRIBUTOS DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO.....	98
→ CONCEITOS DE CRIPTOGRAFIA (CHAVES, SIMETRIA, ETC.).....	99
→ HASHES CRIPTOGRÁFICOS	100
→ VPN	100
→ TLS, SSL E HTTPS	100
→ GABARITO 	101

NOÇÕES DE CONTABILIDADE..... 103

→ CONTABILIDADE GERAL - PRINCÍPIOS CONTÁBEIS	103
→ ESTRUTURA CONCEITUAL BÁSICA DA CONTABILIDADE (CPC 00)	104
→ ESCRITURAÇÃO: NORMAS, LIVROS CONTÁBEIS, LANÇAMENTOS, MÉTODO DAS PARTIDAS DOBRADAS.....	105
→ BALANÇO PATRIMONIAL	108
→ DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA (DFC - CPC 03, LEI 6.404, ART. 188, I).....	109
→ DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (DVA - CPC 09, LEI 6.404, ART. 188, II)	112

→ DIREITO CIVIL - DISPOSIÇÕES GERAIS - PESSOAS JURÍDICAS (ARTS. 40 A 52)	113
→ DAS ASSOCIAÇÕES (ARTS. 53 A 61)	114
→ LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA FEDERAL - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES (ARTS. 1º E 2º DA LC Nº 123/2006)	115
→ DA DEFINIÇÃO DE MICROEMPRESA E DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE (ARTS. 3º A 3º-B DA LC Nº 123/2006).....	115
→ DOS TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES (ARTS. 12 A 41 DA LC Nº 123/2006).....	115
→ DO ACESSO AOS MERCADOS (ARTS. 42 A 49-A DA LC Nº 123/2006)	115
→ GABARITO 	116

LÍNGUA PORTUGUESA.....117

→ ORTOGRAFIA - CASOS GERAIS E EMPREGO DAS LETRAS.....	117
→ ARTIGO	120
→ SUBSTANTIVO	123
→ ADJETIVO	126
→ CONJUGAÇÃO. RECONHECIMENTO E EMPREGO DOS MODOS E TEMPOS VERBAIS.....	133
→ CORRELAÇÃO VERBAL	138
→ LOCUÇÃO VERBAL.....	138
→ PRONOMES PESSOAIS.....	139
→ PRONOMES DE TRATAMENTO.....	140
→ PRONOMES POSSESSIVOS.....	141
→ PRONOMES DEMONSTRATIVOS.....	141
→ PRONOMES RELATIVOS.....	144
→ ADVÉRBIO	145
→ PREPOSIÇÃO	150
→ CONJUNÇÃO	154
→ TERMOS INTEGRANTES (OBJETO DIRETO E INDIRETO, COMPLEMENTO NOMINAL E AGENTE DA PASSIVA).....	160
→ TERMOS ACESSÓRIOS (ADJUNTO ADNOMINAL, ADJUNTO ADVERBIAL E APOSTO). VOCATIVO	164
→ ORAÇÕES COORDENADAS	168
→ ORAÇÕES SUBORDINADAS SUBSTANTIVAS	170
→ ORAÇÕES SUBORDINADAS ADJETIVAS	175
→ ORAÇÕES SUBORDINADAS ADVERBIAIS	181
→ FUNÇÃO SINTÁTICA DOS PRONOMES PESSOAIS ÁTONOS	188
→ PONTUAÇÃO (PONTO, VÍRGULA, TRAVESSÃO, ASPAS, PARÊNTESES, ETC).....	188
→ REGÊNCIA NOMINAL E VERBAL (CASOS GERAIS).....	194
→ CRASE.....	198
→ CONCORDÂNCIA (VERBAL E NOMINAL).....	202
→ COERÊNCIA. COESÃO (ANÁFORA, CATÁFORA, USO DOS CONECTORES - PRONOMES RELATIVOS, CONJUNÇÕES, ETC)	208
→ VARIAÇÕES DA LINGUAGEM: NÃO VERBAL, REGIONAL, HISTÓRICA, CONTEXTUAL. NEOLOGISMOS E ESTRANGEIRISMOS	214
→ INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS (COMPREENSÃO)	215

→ TIPOLOGIA E GÊNERO TEXTUAL.....	225
→ REESCRITA DE FRASES. SUBSTITUIÇÃO DE PALAVRAS OU TRECHOS DE TEXTO.....	235
→ GABARITO 	245

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO.....249

→ ESTATÍSTICA - MÉDIA PARA DADOS NÃO AGRUPADOS.....	249
→ MÉDIA PARA DADOS EM CLASSE.....	249
→ PROBLEMAS INTRODUTÓRIOS DE PROBABILIDADE: EVENTOS EQUIPROVÁVEIS E ABORDAGEM FREQUENTISTA.....	250
→ MATEMÁTICA - NÚMEROS INTEIROS (PROPRIEDADES, OPERAÇÕES, MÓDULO, ETC).....	250
→ NÚMEROS RACIONAIS: INTRODUÇÃO, REPRESENTAÇÃO, PROPRIEDADES	250
→ FRAÇÕES E DÍZIMAS PERIÓDICAS.....	251
→ OPERAÇÕES COM NÚMEROS DECIMAIS.....	251
→ NÚMEROS REAIS (PROPRIEDADES E OPERAÇÕES; INTERVALOS).....	251
→ PROPORÇÕES. GRANDEZAS PROPORCIONAIS. DIVISÃO EM PARTES PROPORCIONAIS	252
→ PORCENTAGEM.....	253
→ INTERPRETAÇÃO DE GRÁFICOS E TABELAS.....	254
→ UNIDADES DE MEDIDA (DISTÂNCIA, MASSA, VOLUME, TEMPO, ETC)	254
→ PROGRESSÃO ARITMÉTICA.....	255
→ PROGRESSÃO GEOMÉTRICA.....	256
→ DEFINIÇÃO, INTERPRETAÇÃO GRÁFICA, INJETORA/SOBREJETORA/BIJETORA, PRODUTO CARTESIANO	257
→ TRIÂNGULOS: CONCEITO, ELEMENTOS E CLASSIFICAÇÃO (EQUILÁTERO, EQUIÂNGULO, ISÓSCELES, ETC)	257
→ CONGRUÊNCIA E SEMELHANÇA DE TRIÂNGULOS. RAZÃO DE SEMELHANÇA.....	257
→ ÁREA E PERÍMETRO DO TRIÂNGULO	258
→ PONTOS NOTÁVEIS (BARICENTRO, INCENTRO, CIRCUNCENTRO, ORTOCENTRO).....	258
→ TEOREMAS DA BISSETRIZ INTERNA E EXTERNA	258
→ CÁLCULO DE SENO E COSSENO NO TRIÂNGULO RETÂNGULO.....	258
→ RELAÇÕES MÉTRICAS NO TRIÂNGULO RETÂNGULO (INCLUI TEOREMA DE PITÁGORAS).....	258
→ LEI DOS SENOS E LEI DOS COSSENOS	259
→ DEFINIÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DE POLÍGONOS.....	259
→ NÚMERO DE DIAGONAIS DE UM POLÍGONO QUALQUER.....	259
→ SOMA DOS ÂNGULOS INTERNOS DE UM POLÍGONO QUALQUER.....	259
→ ÁREA E PERÍMETRO DE UM POLÍGONO QUALQUER.....	259
→ SEMELHANÇA ENTRE POLÍGONOS. RAZÃO DE SEMELHANÇA	259
→ RACIOCÍNIO LÓGICO - PROPOSIÇÕES: DEFINIÇÃO, RECONHECIMENTO, PRINCÍPIOS LÓGICOS	260
→ TABELA VERDADE DAS PROPOSIÇÕES COMPOSTAS	260
→ EQUIVALÊNCIAS LÓGICAS (INCLUI NEGAÇÃO DE PROPOSIÇÕES COMPOSTAS).....	261
→ ARGUMENTOS - MÉTODOS DECORRENTES DA TABELA VERDADE	262
→ DIAGRAMAS LÓGICOS, PROPOSIÇÕES CATEGÓRICAS, NEGAÇÃO DE QUANTIFICADORES	262
→ SEQUÊNCIAS DE NÚMEROS, FIGURAS, LETRAS E PALAVRAS.....	263
→ GABARITO 	263

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

→ DIREITO CONSTITUCIONAL: CONCEITO E FONTES. ESTADO, POVO, TERRITÓRIO, ETC.

1. (IDECAN – 2021) Acerca dos elementos das constituições, analise os itens abaixo:

I. O preâmbulo de toda constituição é considerado um elemento de estabilização constitucional, dado o seu caráter programático e hermenêutico.

II. A fixação de competências das cortes supremas está relacionada aos elementos orgânicos das constituições.

III. Os direitos e garantias individuais fazem parte dos chamados elementos limitativos das constituições.

Está(ão) correto(s) apenas o(s) item(ns):

- a) I.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) I, II e III.

2. (IDECAN – 2019) O Estado é uma instituição organizada, política, social e jurídica, o qual ocupa um território definido e é regido por uma lei maior chamada de Constituição. É dirigido por um governo soberano, o qual é responsável pela organização e controle social. Nesta definição, destacam-se três elementos:

- a) Povo, governo e território.
- b) Executivo, legislativo e judiciário.
- c) Cidadania, legalidade e direitos políticos.
- d) Poder, soberania e cidadania.
- e) Povo, poder e estado.

3. (IDECAN – 2017) “O _____ (como os Estados Unidos, o Brasil, a Suíça, a Alemanha e outros) é um estado soberano constituído de estados-membros dotados, não de soberania, mas apenas de autonomia, os quais têm poder constituinte próprio, decorrente do poder constituinte originário.”

(Disponível em: www.srbarros.com.br.)

Assinale a alternativa que completa corretamente a afirmativa anterior.

- a) País
- b) Estado Federal
- c) Estado Unitário
- d) Estado Monárquico

→ DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO (ARTS. 1º A 4º DA CF/1988)

4. (IDECAN – 2025) No ordenamento jurídico brasileiro, há dispositivos que estabelecem princípios fundamentais voltados à organização do Estado, aos direitos e garantias individuais, à estrutura federativa e à promoção do bem-estar social. Esses dispositivos orientam políticas públicas e asseguram direitos que visam à construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Com base nessas diretrizes, marque a opção correta.

- a) A organização político-administrativa do Brasil é centralizada na União, que detém competência exclusiva para legislar sobre todos os assuntos, cabendo aos estados e municípios apenas a execução das normas federais.
- b) A inviolabilidade dos direitos fundamentais restringe-se aos cidadãos brasileiros natos, não se estendendo aos estrangeiros residentes no país, salvo em casos excepcionais expressamente previstos em tratados internacionais.
- c) A educação deve ser garantida pelo Estado em colaboração com a iniciativa privada, tendo como um de seus princípios a promoção da cidadania, da diversidade cultural e do respeito aos direitos humanos.
- d) Os direitos sociais têm caráter programático e sua implementação depende exclusivamente da conveniência dos governantes, não sendo passível de exigência judicial em caso de descumprimento pelo Estado.
- e) A dignidade da pessoa humana é um princípio aplicável apenas nas relações entre o cidadão e o Estado, não se estendendo às relações privadas, que são reguladas exclusivamente pelo direito civil e comercial.

5. (IDECAN – 2025) A partir das lições emanadas da CFRB/88, sabemos que as alterações no texto se processam por meio de Emendas Constitucionais, que não poderão propor a abolição das assim chamadas cláusulas pétreas, corretamente apresentadas apenas em:

- a) a maioria penal; a remuneração dos ocupantes de cargos eletivos; dentre outras enumeradas no art. 60, §4º da própria CF.
- b) a unificação dos poderes; os direitos e garantias sociais; dentre outras enumeradas no art. 60, §4º da própria CF.
- c) o nepotismo; a isenção tributária das igrejas e templos religiosos; dentre outras enumeradas no art. 60, §4º da própria CF.
- d) as polícias militares; o ensino público superior federal gratuito; dentre outras enumeradas no art. 60, §4º da própria CF.
- e) os direitos e garantias individuais; a forma federativa de Estado; dentre outras enumeradas no art. 60, §4º da própria CF.

6. (IDECAN – 2025) A dignidade da pessoa humana é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil. De acordo com o artigo 1º, inciso III, da Constituição Federal, “[a] República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: (...) III – a dignidade da pessoa humana”. Nesse contexto, assinale a alternativa que corretamente descreve o conceito de dignidade da pessoa humana.

- a) É um princípio fundamental e uma norma jurídica no Brasil, que exprime a ideia de que todos os seres humanos têm direito a uma vida digna com acesso a direitos básicos como saúde e educação, independentemente de suas características físicas, psicológicas ou sociais.
- b) É apenas um princípio fundamental no Brasil, que exprime a ideia de que todos os seres humanos têm direito a uma vida digna com acesso a direitos básicos como saúde e educação, independentemente de suas características físicas, psicológicas ou sociais.
- c) É apenas uma norma legal no Brasil, que exprime a ideia de que todos os seres humanos têm direito a uma vida digna com acesso a direitos básicos como saúde e educação, independentemente de suas características físicas, psicológicas ou sociais.
- d) É um princípio fundamental e uma norma jurídica no Brasil, que exprime a ideia de que apenas crianças e adolescentes devem ter seu acesso à saúde e educação garantidos pelo Estado e pela sociedade.
- e) É um princípio fundamental e uma norma jurídica no Brasil, que exprime a ideia de que apenas os maiores de 18 anos devem ter seu acesso à saúde e educação garantidos pelo Estado e pela sociedade.

7. (IDECAN – 2024) Na forma consagrada pelo nosso texto maior, a Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988 (com mais de 130 emendas posteriores, até hoje), temos que a República Federativa do Brasil se rege nas suas relações internacionais por princípios. Com base nessa informação, assinale a alternativa que apresente corretamente um deles.

- a) dignidade da pessoa humana e pluralismo político
- b) solução contenciosa de conflitos, erradicação da pobreza e da marginalização e redução das desigualdades sociais e regionais
- c) intervenção controlada nos assuntos internos do Estado e solução pacífica de conflitos
- d) dever de cooperação internacional e prevalência dos direitos humanos
- e) igualdade entre os Estados e repúdio ao terrorismo e ao racismo

8. (IDECAN – 2023) Nos termos do art.1º da CRFB é correto afirmar que a República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos

- a) a soberania social; a cidadania; igualdade, a dignidade dos direitos humanos; os valores sociais do trabalho, da saúde e o pluralismo político.
- b) a soberania internacional; a cidadania; a dignidade dos direitos humanos; os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e a singularidade política.
- c) a soberania; a cidadania; a dignidade da pessoa humana; os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político.
- d) a soberania social; independência nacional; a dignidade da pessoa humana; os valores sociais da mulher, da livre iniciativa e o pluralismo político.

9. (IDECAN – 2022) Ao contrário das regras, que são normas específicas, os princípios são normas amplas de caráter genérico e abstrato.

Nessa qualidade, é mandamento estruturante da República o princípio

- a) republicano.
- b) confederativo.
- c) do estado de direito.
- d) da função social do trabalho.
- e) da supremacia do interesse público.

10. (IDECAN – 2021) A Constituição Federal estabelece princípios importantes para serem obedecidos não somente dentro da República Federativa do Brasil, mas, também, em suas relações internacionais. É o caso, por exemplo, do princípio da

- a) intervenção estatal.
- b) prevalência dos direitos humanos.
- c) promoção do desenvolvimento nacional.
- d) proibição do asilo político.

11. (IDECAN – 2019) A soberania, a cidadania e o pluralismo político são considerados fundamentos da República Federativa do Brasil, a qual, segundo se pode afirmar com base na Constituição Federal, tem por objetivos fundamentais:

- I. construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- II. garantir a independência nacional;
- III. erradicar a pobreza e promover a defesa da paz.

Analisando os itens acima, é correto afirmar que

- a) somente o item I está correto.
- b) somente o item II está correto.
- c) somente o item III está correto.
- d) somente os itens I e II estão corretos.
- e) somente os itens II e III estão corretos.

12. (IDECAN – 2019) Segundo a Constituição Federal de 1988, a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios, exceto

- a) não intervenção.
- b) defesa da paz.
- c) igualdade entre os estados.
- d) solução pacífica dos conflitos.
- e) dignidade da pessoa humana.

13. (IDECAN – 2019) São fundamentos da República Federativa do Brasil, exceto

- a) a cidadania.
- b) a dignidade da pessoa humana.
- c) a independência nacional.
- d) os valores sociais do trabalho e a livre iniciativa.
- e) o pluralismo político.

14. (IDECAN – 2019) A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos

- a) soberania, pluralismo político e independência nacional.
- b) valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e prevalência dos direitos humanos.

- c) igualdade entre os Estados, defesa da paz e garantia do desenvolvimento nacional.
- d) cidadania, soberania e dignidade da pessoa humana.
- e) promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

15. (IDECAN – 2019) Sobre os princípios fundamentais da República Federativa do Brasil, assinale a alternativa correta.

- a) São poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e os Tribunais de Contas.
- b) O Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.
- c) Constituem objetivos fundamentais os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
- d) A República Federativa do Brasil tem como um de seus fundamentos a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.
- e) O Brasil rege-se nas suas relações internacionais por diversos princípios, dentre eles o pluralismo político.

16. (IDECAN – 2017) Quanto aos princípios fundamentais da República Federativa do Brasil, considerada a interpretação jurisprudencial, assinale a afirmativa correta.

- a) A soberania fundamenta a prescindibilidade do uso do idioma nacional nos atos processuais.
- b) A cláusula da reserva do possível não sofre limitação pela garantia constitucional do mínimo existencial.
- c) A cidadania impõe ao indivíduo cumprir a ordem emanada do Estado, ainda que contrária à Constituição.
- d) A violação do direito ao trabalho digno pode significar a redução do indivíduo à condição análoga à de escravo.

17. (IDECAN – 2016) Quanto aos princípios fundamentais da República Federativa do Brasil, marque a afirmativa correta.

- a) A República Federativa do Brasil repudia a autodeterminação dos povos, o terrorismo e o racismo.
- b) São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.
- c) Erradicar as desigualdades sociais e regionais é um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito.
- d) O Brasil buscará a integração econômica, visando à formação de uma comunidade europeia de nações.

18. (IDECAN – 2016) Considerando o disposto na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 a respeito dos princípios fundamentais, dos direitos e garantias fundamentais, da organização do estado, da organização político-administrativa, da União, dos Estados federados, dos Municípios e da intervenção, assinale a afirmativa INCORRETA.

- a) A capacidade de auto-organização e de autolegislação, expressa na Constituição Federal, dispõe que os estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios da Constituição Federal.
- b) A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece que a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos soberanos.
- c) O Artigo 1º da Constituição Federal resume, em uma única sentença, as características precípuas do Estado brasileiro, afirmando tratar-se de federação a forma do Estado, de república a forma de governo, de democracia o regime político e de se assentar em Estado de direito.

- d) A Constituição Federal de 1988 trata, em cinco capítulos, dos Direitos e Garantias Fundamentais. Os direitos fundamentais encontram-se agrupados em: direitos individuais e coletivos, direitos sociais, direitos de nacionalidade, direitos políticos e direitos relacionados à participação em partidos políticos e à sua existência e organização.

→ DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS (ART. 5º DA CF/1988)

19. (IDECAN – 2025) Tendo por base as disposições constitucionais a respeito dos tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos, assinale a alternativa que indique corretamente em quantos turnos e o quórum necessário para que estes sejam equivalentes às emendas constitucionais.

- a) Um turno – três quintos dos votos.
- b) Três turnos – unanimidade dos votos.
- c) Dois turnos – três quintos dos votos.
- d) Quatro turnos – um quinto dos votos.
- e) Cinco turnos – dois quintos dos votos.

20. (IDECAN – 2025) Gustavo foi preso e condenado a cinco anos de prisão pelo cometimento de determinada conduta ilícita, com regime inicial fechado. Após ultrapassado todo o período estipulado na sentença, Gustavo foi mantido preso por mais seis meses. Ante a situação apresentada e levando em consideração a responsabilidade do Estado e os Direitos Humanos, assinale a alternativa correta.

- a) O Estado indenizará o condenado por erro judiciário, assim como o que ficar preso além do tempo fixado na sentença.
- b) O Estado não indenizará o condenado por erro judiciário por excesso de prazo, assim como o que ficar preso além do tempo fixado na sentença.
- c) Cabe indenização pelo Estado por erro judiciário ao preso que ficar por mais de um ano além do tempo fixado em sentença.
- d) Cabe indenização pelo Estado por erro judiciário ao preso que ficar mantido em cárcere por mais de cinco anos além do tempo fixado em sentença.
- e) Não cabe indenização pelo Estado por erro judiciário ao condenado que ficar preso por crime de tráfico ilícito de entorpecentes.

21. (IDECAN – 2025) Insta a Constituição da República Federativa do Brasil que é garantido o direito de propriedade; a defesa do consumidor promovida pelo Estado; o respeito à integridade física e moral dos presos; a indenização do condenado por erro judiciário, assim como o que ficar preso além do tempo fixado na sentença; dentre outros. A tais lições chamamos, corretamente, de:

- a) Objetivos da República Federativa do Brasil.
- b) Princípios fundamentais.
- c) Direitos e garantias fundamentais.
- d) Fundamentos da República Federativa do Brasil.
- e) Princípios da integração latino-americana.

22. (IDECAN – 2024) Sobre os Direitos e Garantias Fundamentais expressos na Constituição Federal, indique a alternativa correta.

- a) Constitui crime afiançável e prescritível, a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.